

Leonardo Boff*

A Cúpula dos Povos Originários: o Condor e a Águia

O notório historiador e pensador da cultura Emmanuel Todd, em tom forte denunciava já em 2024 “A derrota do Ocidente” (La défaite de l’Occident). Mostrava com razões como o Ocidente foi derrotado por ele mesmo, por não poder se recriar a partir de suas próprias raízes já necrosadas.

O que Todd afirmou do Ocidente poder-se-á dizer de toda a civilização planetária, talvez à exceção da China sob Xi Jinping que tenta resgatar as raízes éticas e espirituais da ancestral tradição chinesa. Mas o problema é a falta de liberdade. A história nos ensina que repugna ao ser humano ver-se privado desse dom maior que é a liberdade, com a qual pode moldar seu destino e expressar sua visão das coisas.

Se quase a totalidade da civilização globalizada está à deriva, o mesmo não se pode dizer dos povos originários de Abya Yala, nome kuna para a América, que significa “terra madura”. O nome já é incorporado por quase todas as etnias. Fez-se uma longa caminhada. No Primeiro Congresso Indigenista Interamericano celebrado em Pátzcuaro (México) em 1940 ainda se sustentava a tese colonialista da homogeneização e assimilação dos povos originários à cultura dominante, de cariz ocidental.

Tudo começou a mudar a partir dos anos 60, quando surgiram, especialmente entre os jovens, um espírito libertário. Neste contexto, em todos os países sul-americanos irrompeu também a consciência indígena como indígena. Os povos originários recusavam ser chamados de

“naturais” para distingui-los dos “civilizados”. Queriam ser o que são: verdadeiros povos: maias, incas, astecas, olmecas, toltecas, tupis-guarani, pataxó, yanomami e outras dezenas.

A partir de 1990 fizeram-se vários encontros dos povos originários do Grande Sul e também do grande Norte. Buscava-se uma identidade própria que fosse algo comum. Deram-se logo conta que era na resistência e na salvaguarda da própria cultura que podiam encontrar algo comum. Mas para ter força precisavam juntos forjar uma articulação que unisse a todos os no Norte com os do Sul. Unidos, poderiam fazer frente ao rolo compressor da cultura dominante de viés ocidental que sempre tentou assimilá-los sacrificando sua própria identidade, a cultura, a religião, as festas e os mitos ancestrais. E roubar-lhes as terras.

Em reação a tudo isso foi assim que em 2007 se criou a Cúpula dos Povos de Abya Yala. Muito importante foi o encontro de Porto-Alegre em 2012 quando dezenas de etnias e grupos de apoio lançaram o “Manifesto dos Povos indígenas de Abya Yala. Vinha com especificações: “Em Defesa da Mãe Terra, pelo Bem Viver, a Vida Plena e Contra a Mercantilização da vida e da Mãe Natureza”.

O texto é explícito: “A nossa relação com as nossas terras e territórios é a base da nossa existência enquanto povos, a base do nosso Bem Viver e Vida Plena, em harmonia com a Mãe Natureza”. Entenderam que a assim chamada “descoberta da

América ou do Brasil” era uma invasão e conquista de europeus que os colonizaram com violência inaudita, se apropriando de suas terras, buscando mais que tudo ouro, prata e madeiras nobres. Hoje todos se unem ao redor da resistência e do resgate de suas identidades que implicam guardar as linguas, as tradições, as religiões e a sabedoria dos anciãos e pajés.

Uma sombra os acompanha: extermínio de seus antepassados, infligido pelos invasores europeus. Ocorreu um dos maiores genocídios da história. Foram mortos por guerras de extermínio ou por doenças trazidas pelos brancos contra as quais não possuíam imunidade e por trabalhos forçados cerca de 60 milhões de representantes destes povos originários.

Os dados mais recentes foram levantados pela educadora Moema Viezer e pelo sociólogo e historiador canadense radicado no Brasil, Marcelo Grondin. O livro com prefácio de Ailton Krenak, detalha região por região como foi a matança sistemática de indígenas e até de inteiros povos, como ocorreu no Hati. Leva como título Abya Yala: genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas (Editora Bambual, Rio de Janeiro 2021).

Ciente desta tragédia acontecida com seus irmãos, um sábio da nação yanomami, o pajé Davi Kopenawa Yanomami, entrevistando a continuidade desse processo mortal, advertiu no livro A Queda do Céu o que os xamãs de seu povo estão pressentindo: “a corrida da humanidade está ru-

mando na direção de seu fim” (Companhia das Letras, 2015).

No final de um desses encontros de povos do Grande Sul com o Grande Norte, um xamã se levantou e disse com voz forte e pausada. “Irmãos e irmãs, meus parentes. Escutai esta profecia, dita por um ancião de tempos antigos. Vai chegar um dia em que a Águia do Norte que havia expulso o Condor do Sul, voará para cá. Vai encontrar o Condor. Não vai mais persegui-lo. Vai convidá-lo a voarem juntos. E de fato, assim foi. Abrindo ambos as grandes asas, os dois, o Condor e a Águia começaram a voar juntos por sobre aquelas terras e vales. E nunca mais se separaram”.

(Nem preciso esclarecer que a Águia representava os Estados Unidos da América e o Condor a Abya Yala, a América).

E concluiu o xamã: “Este dia chegou: aqui estamos vindos de todas as partes, do Norte e do Sul. Somos todos parentes e temos a Terra como nossa Grande Mãe. Ajudemos os outros nossos irmãos e irmãs, de várias partes do mundo, a amar, respeitar e revitalizar nossa Grande Mãe. Assim poderemos viver todos juntos na mesma grande Taba Comum”. Falou e disse.

Esta profecia está se realizando entre os povos originários. Que se realize também em nós enquanto tivermos ainda tempo.

***Leonardo Boff escreve para a revista do ICL LIBERTA (<https://www.revistaliberta.com.br>). Escreveu também Cuidar da Casa comum: como proteger o fim do mundo, Vozes 2025 (<https://www.leonardoboff.com>).**

Victor Corrêa*

O acolhimento artificial

O Doutor Google, ao que parece, está se aposentando. Em seu lugar, as diferentes plataformas de inteligência artificial começam a ocupar um espaço cada vez maior no cotidiano de quem busca respostas sobre si — e, sobretudo, sobre a própria mente.

Cada vez mais pessoas descrevem sintomas a esses sistemas e perguntam: “Será que tenho ansiedade?”, “Isso é depressão?”, “Sou bipolar?”. Em alguns casos, a hipótese sugerida pela máquina passa a ser tratada como diagnóstico.

A diferença é que a inteligência artificial não entrega apenas links. Ela conversa. O usuário descreve sintomas e recebe respostas que soam humanas — embora venham de uma máquina treinada para responder com empatia.

A empatia da máquina é calculada. Mas, para quem está sofrendo, ela pode parecer suficiente para substituir uma avaliação clínica.

Em janeiro deste ano, a OpenAI lançou o ChatGPT Health, experiência voltada à saúde e ao bem-estar. Segundo a

própria empresa, mais de 230 milhões de pessoas por semana já usam o sistema para fazer perguntas sobre saúde em uma das plataformas mais acessadas do mundo.

A própria OMS já alertou para os riscos desse movimento. Em documento recente, a entidade afirma que o uso da inteligência artificial em saúde pode produzir vieses, interpretações imprecisas e confiança excessiva em seus resultados quando essas ferramentas não são adequadamente supervisionadas.

Em saúde mental, esse risco se torna ainda mais sensível. Diagnósticos não dependem apenas da descrição de sintomas isolados. Dependem de contexto, história de vida, duração do sofrimento, impacto funcional e escuta profissional.

Tristeza não é automaticamente depressão. Distração não é, por si só, TDAH. Oscilações de humor não significam necessariamente bipolaridade.

Pesquisas recentes indicam que a inteligência artificial pode ajudar a organizar informações clínicas. Mas a complexidade das condições de saúde mental — que

dependem de contexto, história de vida e interação humana — torna improvável que sistemas automatizados substituam a avaliação de profissionais.

Pesquisadores ligados à Universidade de Harvard observaram que, em testes com ferramentas digitais de triagem, situações de emergência foram classificadas como menos urgentes — o que pode levar pacientes a adiar a busca por atendimento adequado.

Também não se pode ignorar a dimensão dos dados. Conversas sobre sofrimento psíquico, ideias suicidas, compulsões, medos e traumas envolvem informações extremamente sensíveis. Sem regras claras de privacidade, transparência e governança, esses conteúdos podem circular em ambientes sobre os quais o usuário sabe muito pouco.

Especialistas em saúde digital já vêm dizendo, com razão, que o Brasil precisa avançar na regulação conforme o nível de risco. Uma ferramenta que oferece informação geral é uma coisa. Outra, muito diferente, é um sistema que influencia tria-

gem, diagnóstico ou decisão clínica.

Quando a tecnologia passa a influenciar decisões sobre saúde, deixa de ser apenas tecnologia — passa a ser uma questão de saúde pública.

A ascensão dessas plataformas também revela outra carência. Se o acesso a serviços de saúde mental fosse mais simples, mais próximo e menos demorado, tantas pessoas estariam transformando a inteligência artificial em espaço de acolhimento?

Em um país que formou um contingente expressivo de psicólogos, por que o cuidado humano continua tão escasso em tantas regiões?

Regular é urgente. Mas regular, sozinho, não basta. Também é preciso enfrentar o vazio que permite à tecnologia avançar sobre um campo que deveria ser sustentado por cuidado humano, escuta qualificada e presença profissional.

***Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas**